



RELATÓRIO DO
I EREJA Sudeste

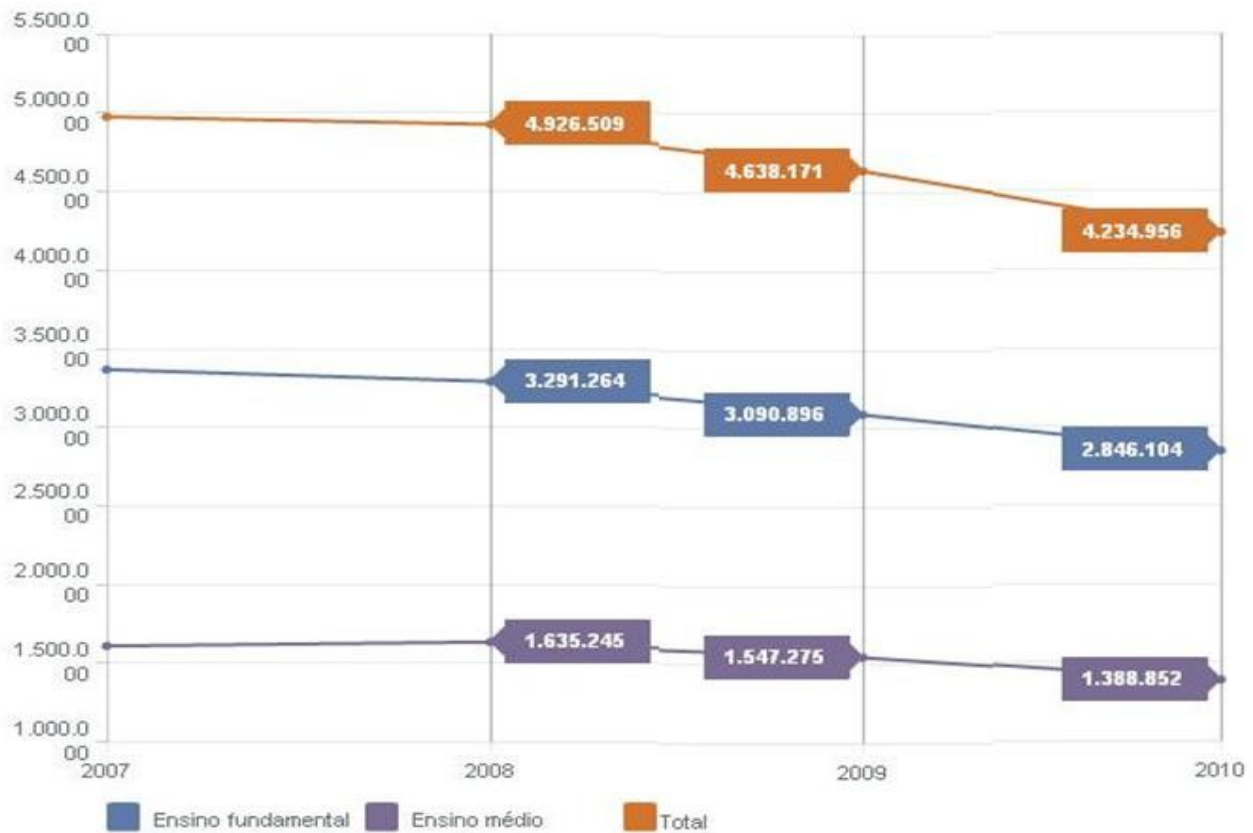
VITÓRIA – ES
27 A 29 DE MAIO DE
2011



AVALIAMOS A CONJUNTURA

A variação da oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na região Sudeste, infelizmente, tem acompanhado uma tendência observada nacionalmente: uma progressiva queda nos números de matriculados, principalmente no nível fundamental.

Matrículas na EJA - Brasil



Censo Escolar 2010 - Inep/MEC



Por outro lado, a queda no número de brasileiros, maiores de 15 anos, que completaram o ensino fundamental, ainda apresenta uma aceleração pequena – hoje soma-se 58 milhões de brasileiros nessa condição. Deste modo, a primeira inferência plausível é que a redução do número de matrículas supracitadas, não ocorreu pela superação dessa dívida histórica com a população brasileira. Portanto, o propalado argumento de falta de demanda potencial para a EJA – repetido a exaustão por muitos gestores públicos não comprometidos com suas comunidades – não passa de uma escusa falaciosa.

Não obstante, uma análise profunda das configurações atuais da EJA nacional e na Região Sudeste é urgente, como condição salutar para possíveis reflexões e ações reivindicativas. Contudo, em função da natureza proposta para este texto (informativo) e o exíguo tempo para efetivação dessa necessária e ampla análise, optou-se por identificar parcela da conjuntura política da qual se extraiu os dados expostos, bem como incitar algumas linhas investigativas passíveis de contribuição na compreensão desse fenômeno – redução das matrículas de EJA.

Vivemos, nos últimos anos, um período fértil na discussão acadêmica sobre a Educação de Jovens e Adultos, bem como em ações governamentais – ainda que na sua maioria de alcance restrito – de consolidação de políticas públicas para a modalidade. Nesse sentido, foi um grande avanço a constituição inédita de uma linha de financiamento nacional para a EJA – inserida no FUNDEB¹ – ainda que faça uma discriminação financeira considerável em relação ao custo X aluno da modalidade em relação aos estudantes do ensino fundamental de crianças e adolescentes.

Também se destaca nesse período, a árdua construção de mecanismos legais “amplificadores” dos marcos constituintes da EJA em todas as esferas públicas (federal, estadual e municipal). Essa construção foi balizada pela intensa movimentação social, em relevo para a ação dos Fóruns de EJA do Brasil, que conseguiu conferir aos marcos regulatórios da EJA, uma feição muito próxima daquela defendida há anos pelos Fóruns.

¹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020.



Por outro lado, essas conquistas não se traduziram, em sua grande maioria, em mecanismos e ações concretas para a garantia do direito constitucional à educação fundamental das pessoas jovens e adultas. Como destacado por DI PIERRO (2010), é visível, nos últimos anos, a contradição existente entre “a progressiva afirmação dos direitos educativos das pessoas jovens e adultas na legislação nacional, de um lado e, de outro, a marginalização da modalidade na agenda da reforma educacional” (p. 30). Ainda segundo essa autora, é muito difícil “distinguir convergências de tensões no campo das políticas públicas de EJA, porque quase sempre os conflitos nascem de promessas não cumpridas, uma vez que muito dos consensos proclamados no discurso são negados na prática” (p. 31).

Ao se cruzar essa reflexão trazida por essa autora, com as análises preliminares dos dados (em anexo) e mais as situações concretas relatadas nas plenárias dos fóruns estaduais e regionais de EJA, sobre inúmeros descasos infligidos por diversas administrações públicas, torna viável afirmar, que após um período de visibilidade experimentado pela EJA - em função das movimentações em defesa do FUNDEB e da efetivação da VI CONFINTEA no Brasil - a EJA voltou a configurar-se como política pública marginal.

Embora de um refinamento mais complexo, os mecanismos de solapamento da EJA da esfera pública passam não mais pela negação simples e direta do direito à educação por parte dos educandos da EJA. Esses discursos governamentais predominantes se apóiam na oferta de determinado modelo educativo, para esses sujeitos, sem que, contudo garantam as condições específicas necessárias para a continuidade desses no seu processo formativo - como expresso na LDB². Quantos, dos sujeitos-educandos que evadiram das turmas de EJA, não o fizeram pelas discrepâncias do modelo ofertado com as condições objetivas do mundo adulto? Quantos projetos educativos pensados “para” os jovens e adultos auscultaram as expectativas desses e constituiu em um processo dialógico com os mesmos? Será que toda a demanda educativa existente para a EJA - e qual não se concretiza - se explica somente pela desmotivação desses sujeitos?

² Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96). Artigo 4, § VII: “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”



Já em outro viés, quando da disputa interna dos aparelhos governamentais pela realocação de verbas para as prioridades elencadas pelas gestões, a EJA ainda é alijada; quando se a lógica economicista impera (o que é muito comum) e se anuncia o corte de verbas nas ações públicas sociais, a EJA é constantemente lembrada pela sua baixa eficácia e eficiência gerencial.

Assim, essas reflexões precisam ser encampadas objetivamente pelos fóruns de EJA e assumidas como prioridades de enfrentamento. Ampliar o debate, além dos círculos acadêmicos e profissionais, é condição básica para a promoção da inflexão das últimas ações governamentais para a EJA. Fomentar a mudança conceitual de que a sociedade brasileira tem da modalidade (supletiva e aligeirada); ao mesmo tempo em que se reúne e se articula elementos para a efetivação de cursos de EJA que dialoguem com essa mesma sociedade, apresenta-se como desafios imperativos para a organização dos fóruns na contemporaneidade.

ABERTURA

Trazendo nas mãos as bandeiras de seus estados, homens e mulheres, educadores, educandos, gestores, pesquisadores da EJA adentraram o espaço do auditório do IFES, Campus Vitória, e declamaram o poema “O meu país” de autoria de Livardo Alves, Orlando Tejo e Gilvan Chaves que se segue:

Tô vendo tudo, tô vendo tudo

Mas, bico calado, faz de conta que sou mudo

Um país que crianças elimina

Que não ouve o clamor dos esquecidos

Onde nunca os humildes são ouvidos

E uma elite sem deus é quem domina

Que permite um estupro em cada esquina

E a certeza da dúvida infeliz

Onde quem tem razão baixa a cerviz



E massacram - se o negro e a mulher

Pode ser o país de quem quiser

Mas não é, com certeza, o meu país

Um país onde as leis são descartáveis

Por ausência de códigos corretos

Com quarenta milhões de analfabetos

E maior multidão de miseráveis

Um país onde os homens confiáveis

Não têm voz, não têm vez, nem diretriz

Mas corruptos têm voz e vez e bis

E o respaldo de estímulo incomum

Pode ser o país de qualquer um

Mas não é com certeza o meu país

Um país que perdeu a identidade

Sepultou o idioma português

Aprendeu a falar pornofonês

Aderindo à global vulgaridade

Um país que não tem capacidade

De saber o que pensa e o que diz

Que não pode esconder a cicatriz

De um povo de bem que vive mal

Pode ser o país do carnaval

Mas não é com certeza o meu país

Um país que seus índios discrimina



E as ciências e as artes não respeita

Um país que ainda morre de maleita

Por atraso geral da medicina

Um país onde escola não ensina

E hospital não dispõe de raio - x

Onde a gente dos morros é feliz

Se tem água de chuva e luz do sol

Pode ser o país do futebol

Mas não é com certeza o meu país

Tô vendo tudo, tô vendo tudo

Mas, bico calado, faz de conta que sou mudo

Um país que é doente e não se cura

Quer ficar sempre no terceiro mundo

Que do poço fatal chegou ao fundo

Sem saber emergir da noite escura

Um país que engoliu a compostura

Atendendo a políticos sutis

Que dividem o Brasil em mil Brasilis

Pra melhor assaltar de ponta a ponta

Pode ser o país do faz-de-conta

Mas não é com certeza o meu país

Tô vendo tudo, tô vendo tudo

Mas, bico calado, faz de conta que sou mudo



O Fórum Capixaba de EJA, falando em seu nome e em nome dos demais Fóruns de EJA (Fórum Do Rio de Janeiro, Fórum Mineiro e Fórum Paulista) integrantes da Região Sudeste cumprimentou os 118 (cento e dezoito) delegados e delegadas presentes ao I Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos da região sudeste (I EREJASudeste), realizado em Vitória, ES, de 27 a 29 de maio de 2011.

Reforçou-se que tendo como meta construir propostas para unificar e fortalecer o trabalho nos estados de MG, SP, RJ e ES, queremos compartilhar idéias, experiências, para que possamos refletir e debater acerca das fragilidades e potencialidades que caracterizam a EJA em nossa região, tal como fortalecer o intercâmbio entre os segmentos que compõem os Fóruns.

Em breve histórico de contextualização, lembrou-se que, em Rio das Ostras (2008), surgiu pela primeira vez a ideia de realizarmos Encontros de Trabalho regionais, intercalados com os nacionais que passariam a acontecer bienalmente. Esta proposta foi consolidada no ano seguinte em Belém do Pará, e a Cidade de Vitória, escolhida como sede para o I EREJA SUDESTE.

Sua não realização em 2010, é também um dos focos de discussão deste Encontro.

No final deste mesmo ano, foi retomada a mobilização para realização do EREJA, independentemente de recursos oficiais. Pautada no trabalho coletivo, a Comissão Organizadora Interfóruns, composta por militantes dos quatro Estados da Região Sudeste, iniciou um trabalho que teve sua culminância, neste Encontro, na Capital Capixaba.

Para compor a mesa de abertura do nosso encontro, foram convidados:

1. *Adriana Sperandio (Subsecretária de Educação Básica e Profissional)
2. *Vânia Carvalho de Araújo (Secretária de Educação de Vitória)
3. *Dênio Rebello Arantes (reitor do Ifes);



4. Ricardo Paiva (diretor de campus Vitória do Ifes)
5. Maria José de Resende Ferreira (coordenadora do PROEJA)
6. Genilda Fernandes Borges (aluna do PROEJA)
7. *Aparecido José Cirilo (Pró-reitor de Extensão da UFES)
8. Sônia Lopes Victor (coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE - da UFES)
9. Mirian do Amaral Jonis da Silva (Vice-Diretora do Centro de Educação da UFES)
10. Rosiane de Souza Ribeiro (Presidenta da UNDIME);
11. Custódio Jovêncio Barbosa Filho (Coordenador do Fórum de EJA /ES)
12. Carlos Fabian de Carvalho (Coordenação do EREJA Sudeste) Saudação das delegações (MG, RJ, SP e ES)

Fizeram uso da fala: *Adriana Sperandio (subsecretária de Educação Básica e Profissional); *Vânia Carvalho de Araújo (Secretária de Educação de Vitória), *Dênio Rebello Arantes (reitor do IFES); Genilda Fernandes Borges (educanda do PROEJA); *Aparecido José Cirilo (Pró-reitor de Extensão da UFES) e Carlos Fabian de Carvalho (Coordenação do EREJA Sudeste) Saudação das delegações (MG, RJ, SP e ES). **(os componentes da mesa não foram estes, os que realmente compareceram)**

Dando prosseguimento ouvimos o Hino Nacional, cantado e tocado pelos educandos da Escola Estadual de EJA “Professor Augusto Luciano” do Centro Sócio Educativo CSE-ES, localizado no município de Cariácia. Tal Centro desenvolve



trabalho Socioeducativo de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei - CSE e é uma unidade do IASES, que realiza atendimento com base no Modelo Pedagógico Contextualizado - MPC. É um projeto aplicado por profissionais da Associação Capixaba de Desenvolvimento e Inclusão Social (ACADIS), organização que administra o Centro, por meio de um contrato de gestão firmado com o Governo do Estado.

Atualmente o CSE atende 60 (sessenta) jovens, com atendimento educacional especializado, ação terapêutica, programa de inclusão social e abordagem familiar sistêmica.

Em seguida, foi composta a MESA I que tratou do tema: O Plano Nacional de Educação e a EJA: a atuação dos Fóruns na garantia do Direito à Educação com Qualidade Social tendo como palestrante a Professora, militante do Fórum Capixaba Edna Castro de Oliveira e Vilmar Klemann, Secretário Executivo do Movimento Interforuns de Educação Infantil do Brasil, e Representante da Coordenação Nacional da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Essa Mesa foi coordenada pela Professora Sandra Cardoso Vice Representante do Fórum de EJA do Rio de Janeiro.

A professora Edna Oliveira Castro começa dizendo do momento importante de se pensar a EJA, nesse momento, passados os primeiros meses do “Governo Dilma”.

Ela levanta questões, baseadas nos documentos que os delegados tiveram acesso, encaminhados anteriormente pelas listas virtuais e, mais tarde, nas pastas ao se credenciarem.

Diz que não podemos discutir a EJA no PNE sem pensar a EJA como parte da história da educação brasileira. E assim, ela tem percurso histórico de marginalidade e que nos últimos anos, em decorrência da contribuição dos Fóruns de EJA do Brasil, tem tentado avançar e sair da marginalidade, apontando novos caminhos do ponto de vista conceitual e da oferta. Não podemos falar da EJA no PNE sem pensar o movimento da sociedade civil, pelo menos, nos últimos três anos. Cita espaços como CONFINTEA, encontros preparatórios e outros. Todos esses movimentos foram construindo



articulações e fortalecendo o movimento na construção da CONAE. Isso se tornou uma referência que sinalizou a construção do PNE. A CONAE foi reconhecida como espaço de avanço de construção de políticas.

Isso levou, mesmo que no apagar das luzes, que se levasse o PL para o Congresso Nacional. Aí temos as bases que vão orientar a educação no Brasil. A partir dele, teríamos o mote de tomar as deliberações da CONAE para a construção de uma Política de Estado de Educação. Era isso que a sociedade civil esperava. A sociedade civil se viu traída, visto que o PNE não se configura como uma Política de Estado. Existe uma tendência de haver vetos e estar em nossas mãos a capacidade de mobilização para definir novos rumos na definição do PL. Esse é o momento de nos indagarmos sobre qual a nossa capacidade de mobilização.

Outro movimento, do ponto de vista das definições possíveis, é que nossa participação em nível local e regional consiga se fortalecer a partir desse nosso Encontro de Trabalho.

Fala da importância dos encaminhamentos do Fórum Nacional da Educação e seus reflexos nos estados e cidades. Diz que no ES estão começando a participar com o sindicato dos professores. No entanto, há alguns problemas para se constituir o Fórum em Defesa da Educação Pública.

O nosso movimento dos Fóruns, pela luta, conseguiu inserir de forma articulada suas propostas no Eixo 6 da CONAE e essa luta deve continuar.

Em relação a análise da EJA no PNE, são três os documentos que orientam nossas ações. O do Cedes, o da Anped e o da Campanha Nacional pelo Direito a Educação. Aí estão as críticas que temos ao documento do CNE.

Os documentos do CEDES e da ANPED são densos e merecem ser estudados. Claro, já deveríamos tê-lo feito a despeito de perdermos esse momento da História da Educação Brasileira.

Entendemos que o PNE não visa uma Política de Estado, uma vez que está pautado em programas. Com especificidade da EJA, a questão da focalização da faixa etária está colocada. Se for Política de Estado ele estará obrigado a pensá-la enquanto direito.



Os avanços da CONAE não foram incorporados e as alterações de maior substância ficaram de fora. Inclusive a questão dos princípios **que o documento contém**.

Devemos ser contrários a expressão “erradicação do analfabetismo” e à sua naturalização. É, no mínimo, preconceituoso. Conseguimos substituir o termo por universalização do alfabetismo no documento da ANPED, após um debate aprofundado. Assim isso se constitui como uma divergência **de nosso Movimento em relação ao PNE**.

Precisamos pensar a educação enquanto Sistema, pois alfabetização não pode ser pensada de forma descontextualizada e à parte. A alfabetização é parte constitutiva da EJA e não interessa aos educandos que seja tratada à parte, pois dessa forma não se efetiva, não se garante seu Direito à Educação.

Dando continuidade à sua contribuição à nossa construção, Edna Castro mostra o que está colocado nas metas do PNE e as propostas que os documentos que balizam nossa discussão estão propondo.

Apresentou os desafios que temos pela frente: buscar a instituição de um SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO; universalização do acesso; ampliação da jornada e garantia da permanência com aprendizagem; rupturas com a cultura do mínimo e da fatalização da não escolarização; acompanhamento da ação dos gestores; enfrentamento da cultura da não escolarização como tarefa do Estado; os sujeitos devem reconhecer a Educação como Direito.

Na mesma mesa tivemos a contribuição de **Vilmar Klemann**, Secretário Executivo do Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil, membro da Coordenação Nacional da Campanha Pelo Direito à Educação/ PNE prá valer, apresenta questões que possibilitam a articulação das demandas dos Fóruns de EJA com a “Campanha”.

Faz um histórico da Campanha e listou as instituições que a compõem.

Historicizou os desafios vivenciados durante a elaboração do PNE 2011-2010, da CONAE, da transição governamental, da apresentação do PL.



Problematizou algumas características do PL e apontou tensões do PL e PNE: trata-se de Plano de Estado? Ou de Plano de Governo? Como trabalhar o dispêndio com a educação? E a regulamentação do regime de colaboração? Qual a implicação do aumento do gasto da União? É possível ampliar as vinculações? Defendemos uma mudança do referencial? E da lógica do financiamento? O PL tem pouca coerência com as deliberações da CONAE, pois evidencia-se a pouca transparência, a falta de coerência interna, a existência de metas desdobráveis e de estratégias que são metas, além de indicadores de resultados insuficientes.

O interlocutor trouxe elementos esclarecedores do PNE prá Valer.

Ao final de sua contribuição à nossa construção, Vilmar Klemann chama os Fóruns de EJA a efetivar uma parceria com a Campanha e lembra que esse não é um convite recente.

Os convidados à partilha de saberes foram presenteados com queijo e cachaça mineiros e com orquídeas paulistanas, em nome de todos os Fóruns de EJA do Sudeste. Após os informes sobre encaminhamentos facilitadores do êxito de nosso Encontro pelo cumprimento de seus objetivos, foram marcadas reuniões de Comissão Organizadora Interfóruns, Coordenação Local, Comissão de Relatoria Final.

Na manhã ensolarada do sábado 27 de maio, no auditório do CENTRO, reiniciamos nossas atividades com uma mística na qual ouvimos trechos escritos por Paulo Freire:

“A creditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho se não viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos.”

“Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.”

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.”



“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”

Ana Lúcia iniciou sua participação em nossa construção coletiva citando Paulo Freire “que a sua fala seja a sua prática” com o propósito de justificar o lugar de onde ela dialoga conosco, ou seja, atualmente, da UFBA e de outros espaços que ocupa. Nossa interlocutora, por meio de slides, trouxe à baila concepção acerca da noção de diversidade e juventude, esclarecendo desde o primeiro momento que efetivamente se trata de concepções no plural, isto é, “diversidades” e “juventudes” onde as diversidades se interligam.

A mesma constatou que o levantamento feito da população de raça negra na faixa etária de 15 a 17 anos é pautado numa perspectiva de pobreza como principal responsável pela exclusão. No entanto, ressalta que a pobreza tem cor. Conforme dados do IBGE 2007, é possível constatar vários exemplos numéricos, dentre eles a diferença de rendimento mensal familiar entre brancos (25,4%) e negros (74%). Dessa forma, conclui que o argumento da pobreza mostra-se insuficiente se considerado como o principal responsável pela exclusão.

Em seguida, evidenciou a questão da legalidade nos termos da Lei 10.639/2003 e o parecer do Conselho Nacional de Educação 003/2004 que tratam sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a serem observadas pelas instituições de Educação Superior, um dos responsáveis pela formação inicial e continuada de professores, no que diz respeito ao ensino sistemático de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.

A partir dessa legalidade e debates coletivos em andamento questionou se faz sentido discurtimos raça, racismo e discriminação racial, se a concepção de raça se dá sem sustentação científica e política ou ainda se a concepção de racismo como conceito sociológico se distancia do racismo



vivenciado, considerando que a discriminação racial se materializa de forma simbólica e concreta.

Parafraseando Gandhi, quando diz que é necessário uma comunidade inteira para educar uma criança, protagoniza o cotidiano em sua dimensão plural (escola, família, trabalho, rua, mídia etc) sugeriu como ações que potencializam nossa prática inclusiva:

- ✓ acolher e ajudar a analisar histórias e experiências de preconceitos e discriminações;
- ✓ tratar a questão racial como de interesse geral, de pessoas negras e não negras;
- ✓ marcar a existência das diferenças, valorizando-as como caminhos - tensos - de descobertas;
- ✓ valorizar os usos da linguagem - estratégias de combate aos preconceitos e discriminações;
- ✓ atentar para as situações de interação - invisibilidades, ambigüidades, piadas e provocações - “brincadeiras”;
- ✓ problematizar a distribuição e uso dos espaços físicos, e dos papéis e lugares sociais;
- ✓ cuidar da veiculação de valores - materiais, livros, cartazes, vídeos.

Em seguida, a professora Ana Lucia, apresentou fragmentos de sua pesquisa de doutoramento “Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento do HIP HOP que trata do estudo das práticas de letramento de um grupo de ativistas inseridos no Movimento HIPHOP. A pesquisa analisa um conjunto de dados que envolve discursos e práticas do grupo em foco, buscando explicitar que os letramentos singulares praticados pelo grupo de participantes da pesquisa têm lhes permitido redimensionar suas



identidades, ressignificando papéis e lugares a eles atribuídos por uma sociedade marcada por desigualdades raciais e sociais.

Com ludicidade peculiar e própria, a pesquisadora mostrou o tom em que se deu a pesquisa citando o verso “... eu tentei compreender a costura da vida. Me enrolei, pois a linha era muito comprida” do Grupo Tambolelê de Minas Gerais, apresentando em seguida algumas conclusões de sua investigação:

- ✓ Que usos sociais da linguagem presentes no movimento HIPHOP permitem caracterizá-lo como uma agência de letramento?
- ✓ Quais são as singularidades das práticas culturais presentes nos discursos do grupo participante da pesquisa que permitem nomeá-los como agentes de letramento?
- ✓ Podemos falar de letramentos de resistência uma vez que as práticas e os eventos de letramento dos ativistas estão relacionados às suas identidades contestadoras?
- ✓ Como os participantes atribuem sentidos, produzem e comunicam, em interações, suas identidades de ativistas do movimento HIPHOP?

Nos despedimos da mulher, negra, educadora, militante, companheira que estabeleceu conosco parceria na troca sobre o tema da presença da juventude negra nas turmas de EJA e sobre os desafios que essa presença traz à Educação de Qualidade Social e ao reconhecimento da diversidade racial.

Logo após o lanche, retornamos à discussão com a contribuição do Professor da UFES Maurício Abdalla que tratou conosco do tema EJA e ECONOMIA SOLIDARIA: OUTRO CURRÍCULO É POSSÍVEL, NECESSÁRIO E URGENTE.

Ele iniciou sua fala buscando compreender os fenômenos a partir dos seus fundamentos. Disse que é um assunto novo com as concepções diferenciadas. Não



considera a ECOSOL 'deslumbrada' em si mesma. Ela não é algo autônomo e se insere de acordo com a transformação da sociedade. Assim, é possível outro mundo. Considera como currículo qualquer teorização que implica uma metateoria social e uma metateoria educativa.

Apontou que o currículo é como um projeto de sociedade. Isto é, se colocado em prática reforça um modelo de sociedade. Explicou que quando se tem claro o tipo de sociedade que se quer é que se torna possível determinarmos nossa prática em educação, ou seja, o currículo é uma práxis e, é na própria ação humana que se constrói a teoria. Ele só se define a partir da sua práxis e tem uma relação profunda com a história e a sociedade. Dessa forma, quando o Sistema que gera um problema não consegue solucioná-lo, estamos diante de uma crise. Daí, aquilo que comumente nomeamos problemas sociais e ecológicos não são problemas e sim crises, porque problema se resolve. Enfatiza também que toda crise é necessária, porque é a partir dela que se busca desvendar tais problemas.

Segundo o professor, a falência do capitalismo como processo civilizatório é sua coroação como economia crematística, ou seja, há um novo ciclo da pobreza, que é a falência do capitalismo como processo de inclusão. O professor explicitou que há uma crise humanitária estrutural e apresentou dados percentuais desta crise humanitária e a criação de perspectivas, que de acordo com suas ideias não tem como saída dentro da lógica capitalista.

Sendo assim, este pensamento aponta a necessidade de um novo processo com princípios de cooperação, ou seja, enfrentar a crise sistêmica com ações sistêmicas, vinculando com as dimensões: mobilização social, política, econômica e subjetiva. A construção linguística depende de algo fora desse mundo (viver). Pensar a pessoa também pelos seus aspectos físicos (estratégias de sobrevivência), numa relação individual, social e ecológica. Nesse sentido, a crise tem caráter objetivo e subjetivo.

O papel da educação na Economia Solidária deve ser o de atuar na dimensão subjetiva em sintonia com a sociedade. O planejamento escolar deve se organizado como um todo e redefinir o que é pensar as relações interpessoais. Colocar este currículo em prática é um desafio.



Após algumas manifestações de diálogo, o Professor Maurício Abdalla, disse avaliar que há possibilidade de mudança com o desenvolvimento de ações de acordo com as necessidades no local de nossas práticas, e que as tentativas de sucesso devem superar as de fracasso. Disse ainda que o capitalismo não pensa e não tem uma lógica, isto é, o sistema capitalista não pensa no outro.

Trouxe ainda a importância de pensarmos alternativas de acordo com a realidade da comunidade em que a escola está inserida.

DINÂMICA PARA O TRABALHO EM GRUPOS:

Os grupos de trabalho foram pensados de forma a garantir uma maior interação e intercâmbio entre os diferentes segmentos participantes dos Fóruns de EJA da Região Sudeste.

A concepção que permeou a formação dos Grupos e que esteve presente durante toda a construção dos trabalhos foi a de que este movimento procura pensar e construir o encontro a partir de suas ações e faz isto pensando na partilha de idéias e experiências que potencializem as reflexões e as práticas de caracterização da EJA na região Sudeste.

Os nomes dos grupos de trabalho foram pensados na perspectiva de enunciarem a concepção de construção coletiva que caracteriza os Fóruns de EJA. Assim foram propostos os seguintes nomes: articulação, mobilização, ocupação, resistência e produção.

Cada delegado integrante de um Grupo de Trabalho recebeu uma função específica para desenvolver, além daquelas mais gerais que orientaram a concepção e organização dos grupos.

Estas funções foram:

GT1 - Disciplina: responsável por mobilizar e conscientizar as pessoas com relação ao cumprimento dos horários, a prestarem atenção nas discussões, evitarem conversas paralelas, desligarem o celular, etc. A abordagem deveria ser feita de forma a construir uma autodisciplina coletiva.



GT2 - Cultura: responsável por organizar atividades culturais durante os momentos de intervalo, antes do início das atividades, ao término das atividades e depois do jantar.

GT3 - Saúde: responsável por assuntos relacionados ao bem estar dos participantes.

GT4 - Organização: responsável pelo material que seria utilizado nos diferentes espaços, manutenção da limpeza e organização dos espaços utilizados para a realização do EREJASudeste.

GT5 - Relações Humanas: responsável por buscar manter a harmonia do grupo (que precisa ser enfaticamente diferenciada de consenso e de poder de veto), garantindo e incentivando a participação de todos

GT6 - Registro audiovisual: responsável por construir registros audiovisuais durante todos os momentos do Encontro. Este grupo deveria elaborar uma apresentação síntese dos momentos do EREJA para apresentar domingo na abertura e no encerramento da plenária. O conjunto dos registros era repassado à Comissão de Relatoria ao final de cada atividade.

GT7 - Avaliação: responsável por preencher a ficha de registros de avaliação do EREJASudeste durante todo o encontro e encaminhá-la à Comissão de Relatoria ao final de cada atividade.

A composição dos grupos foi realizada de modo a garantir uma distribuição paritária entre os diferentes segmentos que compõem os fóruns de EJA de cada estado da região Sudeste.

Os grupos de trabalho se reuniam na parte da tarde para possibilitar um aprofundamento dos temas tratados nas mesas realizadas pela manhã e, ao mesmo tempo, para construir um diálogo sobre os desafios vividos por cada Fórum de EJA do Sudeste. Com base nestas discussões, cada grupo foi orientado a construir cinco propostas acompanhadas de estratégias de ação que potencializassem a ação dos Fóruns em prol do fortalecimento da EJA em nossa região.



*PROPOSTAS DE AÇÕES E ESTRATÉGIAS COMUNS PARA A ATUAÇÃO DOS FÓRUNS DE EJA DA
REGIÃO SUDESTE*

TEMAS TRABALHADOS PELOS GRUPOS:

Tema 1 – A EJA no PNE

PROPOSTAS	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
1a. Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos da Região Sudeste devem construir um documento solicitando uma audiência com o relator do PL no Congresso para discutir a EJA no PNE.	<ol style="list-style-type: none">1. Tal documento deverá tomar por base as emendas da ANPED (metas 3, 8, 9, 10, 11, 15) e nos documentos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), PNE pra Valer.2. Aprovar a proposta do documento na plenária final do EREJA Sudeste e encaminhá-lo, após construção, para protocolar no Congresso.3. Buscar apoio junto a Parlamentares no âmbito estadual/federal exercer pressão sobre aqueles envolvidos com a Comissão Especial, através de diversos meios, a partir do dia 30/05 e até quando se fizer necessário.4. Elaborar um abaixo-assinado para ser enviado a todos os Fóruns com o



	<p>objetivo de solicitar uma audiência pública com a comissão especial para a entrega das propostas de emendas para a EJA.</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Disponibilizar no site dos fóruns EJA para a coleta de assinaturas até o dia 27/06. 6. A coordenação dos fóruns entregará o abaixo assinado solicitando a audiência pública com o relator da comissão especial.
<p>2. Adesão de cada estado da Região Sudeste à “Campanha PNE pra Valer”.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formalizar a adesão dos estados à Campanha. 2. O Fórum Mineiro fará a entrega do documento durante o encontro da Campanha na próxima semana.
<p>3. Buscar, em cada estado, informações sobre a Comissão Estadual do PNE. Caso exista essa Comissão, os fóruns deverão solicitar, formalmente, participar dos diálogos e das ações dessa Comissão.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicar as pessoas que participarão se houver, no estado, dessa Comissão. 2. Fazer este contato o mais rápido possível e informar aos outros estados da Região.
<p>7. Produzir um documento que circule no Portal dos Fóruns reafirmando nossas posições ao PNE.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Fóruns deverão votar através do Portal dos Fóruns EJA as modificações apresentadas na proposta. Além disso, o documento deverá ser apresentado ao comitê da Campanha e da ANPED notificando nossa insatisfação quanto ao reducionismo do projeto de lei.



Vitória, ES, 27 a 29 de maio de 2011

PROPOSTAS DE AÇÕES E ESTRATÉGIAS COMUNS PARA A ATUAÇÃO DOS FÓRUNS DE EJA DA REGIÃO SUDESTE

TEMAS TRABALHADOS PELO GRUPO:

Tema 2 – A Juventude Negra e a Diversidade na EJA

PROPOSTAS	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
<p>1. Promover ações formativas sobre as diversidades na EJA, com especificidade de faixa etária, etnia, gênero, RAÇA, sexualidade, tratando a condição social, política e econômica dos diferentes grupos.</p>	<ol style="list-style-type: none">1. Protocolar nas universidades públicas, de cada estado, solicitações de oferta de cursos de extensão e criar uma comissão para acompanhar o processo.2. Propor que os Fóruns do Sudeste discutam internamente a demanda de cursos de extensão em cada um dos estados, em questões referentes a diversidade na EJA e às questões étnico-raciais e, oficialize, a partir desses levantamentos, o pedido de oferta de cursos de extensão pelas universidades públicas nas referidas demandas.3. Discutir e propor, dentro de cada Fórum, junto com o segmento das universidades, ações para que os componentes desse segmento proponham cursos de pós-graduação aos seus respectivos colegiados.4. Fazer as discussões dentro do Fórum e solicitar dos participantes dos



	<p>segmentos das universidades que mantenham o Fórum informado dos encaminhamentos tomados.</p> <ol style="list-style-type: none">5. Organização de um plano anual com as demandas formativas.6. Realizar trabalho de formação continuada no espaço dos Fóruns7. Aproximação com os coletivos de produção cultural da juventude negra8. Estabelecer parceria com universidades para implementação de projetos de formação para educadores de redes públicas9. Aproximação com os coletivos de produção cultural da juventude negra10. Estabelecer parceria com universidades para implementação de projetos de formação para educadores de redes públicas
<p>2. Ampliar espaços e/ou discutir nos Fóruns as temáticas Diversidades e Juventudes na EJA.</p>	<p>Promover, a partir do segundo semestre de 2011, debates nos Fóruns da Região Sudeste e buscar articulação com os vários segmentos da sociedade civil que militam na área;</p> <p>Participar das Conferências Municipais e Estaduais de Juventude, que ocorrerão em 2011;</p> <p>Realização de seminários pelos Fóruns para o debate sobre as Juventudes Presentes na EJA;</p> <p>Usar o Portal e as plenárias para a divulgação e partilhar diferentes experiências para que situações exitosas possam ser divulgadas.</p>



<p>3. Monitoramento, em articulação com o Movimento Negro, do cumprimento da Lei 10639/2003.</p>	<p>1. Até a data do IEREJASudeste, cada um dos quatro Fóruns do Sudeste deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. mapear os parceiros locais que estão discutindo a Lei 10639/03; b. identificar os parceiros e listá-los no site dos Fóruns de EJA da Região Sudeste; c. acionar entidades como Ministério Público e Conselhos de Educação, no sentido de socializar as ações de implementação da Lei nas redes de ensino, através de seminários, pedidos de audiências públicas. d. Dialogar e intragir com os conselhos de educação, de juventude, da criança, do idoso, do fundeb para acionar a atuação das secretarias na execução desta lei.
<p>4. Criar/fomentar mecanismos para <u>garantir</u> a efetivação do direito à educação aos sujeitos da EJA, já prescrito na Lei.</p>	<p>1. Até o final deste ano, os Fóruns devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. solicitar audiências públicas, para discutir a não efetivação do direito a educação nos estados e municípios; b. denunciar no Ministério Público, o fechamento de escolas no campo e na cidade.
<p>5. Agregar representantes dos movimentos sociais na composição dos Fóruns que ainda</p>	<p>1. <i>Organizar de um plano de atuação para debate e ação articulada com o</i></p>



<p><i>não tem e fortalecer a presença onde já estão.</i></p>	<p><i>movimento negro, movimento de mulheres, MST e outros;</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 2. <i>Elaborar uma carta de princípios de apresentação do Fórum Nacional de EJA;</i> 3. <i>Disponibilizar material sobre a discussão de luta dos diferentes movimentos em suas páginas virtuais;</i> 4. <i>Apoiar as ações de luta dos movimentos sociais, pedagogicamente e politicamente;</i> 5. <i>avaliação das estratégias e resultados no próximo EREJA.</i>
<p>6. <i>Promover o debate sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na EJA.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Realização de seminários, grupos de trabalho e debates sobre a questão da inclusão na EJA no segundo semestre de 2011.</i>
<p>7. <i>Discussão sobre drogas nas escolas que oferecem a modalidade de EJA.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Articulação, via debates, entre os Fóruns de EJA e de Saúde, até 2012.</i>
<p>8. <i>Mapeamento da situação do Sudeste em relação à educação nas prisões.</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Montar um grupo de trabalho interestadual buscando analisar a situação da educação nas prisões, em 2012.</i>
<p>9. Realizar diagnósticos sobre a juventude negra a partir dos aspectos culturais e educacionais e sua interrelação com as dimensões econômica e social.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Até o final deste ano, mobilizar os gestores municipais e estaduais, universidades e sociedade para a realização de pesquisa ou divulgação dos dados que, porventura, já possuam.



Vitória, ES, 27 a 29 de maio de 2011

PROPOSTAS DE AÇÕES E ESTRATÉGIAS COMUNS PARA A ATUAÇÃO DOS FÓRUNS DE EJA DA REGIÃO SUDESTE

Tema 3 – A Economia Solidária e Currículo na EJA – Outro Currículo é possível, necessário e urgente

PROPOSTAS	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
1. Fomentar a discussão de um currículo para a EJA nos Fóruns, considerando os saberes e as necessidades dos educandos da modalidade.	2. Promover o diálogo com governos, secretarias e grupos sociais acerca do currículo para a EJA; 3. Divulgar as experiências bem sucedidas no campo da Economia Solidária; 4. Promover o debate para uma construção coletiva e participativa do currículo entre professores e alunos e destes entre si através dos Fóruns, até 2012.
2. Fomentar espaços, nos Fóruns de EJA, para escuta de professores e educandos a fim de trazer mais subsídios para a construção dos currículos de EJA.	1. Realização de seminários, nos Fóruns de EJA para ouvir os educandos e educadores, na perspectiva de construir currículos, a partir das vivências e experiências dos sujeitos da EJA e pautados no princípio da cooperação, possam atender as expectativas e necessidades dos educandos, até o próximo EREJA
3. Estudar propostas de currículos integrados.	1. Troca de experiências das reuniões dos Fóruns; debates virtuais; plenárias formativas que integrem a temática de formação



	<p>integral, não somente entre os representantes (coordenadores) dos Fóruns, até o EREJASudeste de 2012.</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Adequação do conteúdo aos sujeitos da EJA, ouvindo as demandas apresentadas por eles. 3. Organização de acervo sobre práticas de currículos integrado, pelos Centros de Referência em EJA.
<ol style="list-style-type: none"> 4. Realizar trabalho de formação continuada no espaço dos Fóruns. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estabelecer parceria com os coletivos de Economia Solidária e universidades para implementação de projetos de formação entre os Fóruns Sudeste ao longo de 2011 com avaliação das estratégias e resultados apresentados no próximo EREJA. 2. Divulgar materiais sobre o tema nas reuniões dos os Fóruns Sudeste ao longo de 2011 com avaliação das estratégias e resultados apresentados no próximo EREJA.
<ol style="list-style-type: none"> 5. Participação dos Fóruns nos CME e CEE pautando as discussões do currículo e organização pedagógica da Educação de Jovens e Adultos nesses espaços. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Candidatar-se, enquanto segmento da sociedade civil, para ocupar uma cadeira nos Conselhos e voltar a avaliar o tema em 2012.
<ol style="list-style-type: none"> 6. Aproximar e estreitar os laços dos Fóruns de EJA com os fóruns de Ecosol. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Trazer o FBES e os fóruns estaduais de Ecosol para realizar palestras e conversas nas plenárias dos Fóruns de EJA até 2012.
<ol style="list-style-type: none"> 7. Estabelecer aproximação com os fóruns e diferentes coletivos da Economia Solidária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer contato com os fóruns e diferentes coletivos da Economia Solidária para apresentar o fórum



	<p>de EJA e formalizar convite para participação. (Fóruns sudeste ao longo de 2011 – avaliação das estratégias e resultados no próximo EREJA).</p> <p>2. Construir, conjuntamente, processos de participação. (Fóruns sudeste ao longo de 2011 – avaliação das estratégias e resultados no próximo EREJA)</p>
<p>8. Até o final de 2012, mobilizar as administrações públicas para garantir a formação de educadores de EJA na temática da Economia Solidária.</p>	<p>1. Promover dentro dos Fóruns de EJA a discussão da temática;</p> <p>2. Discutir coletivamente (Fóruns de Economia Solidária e demais segmentos) uma proposta de formação que envolva currículo e Economia Solidária;</p> <p>3. Socializar experiências curriculares que envolvam a Economia Solidária.</p>
<p>9. Identificar demanda reprimida.</p>	<p>1. Divulgar através do Portal dificuldade acessibilidade.</p> <p>2. Entrar com ação no MP com relação a falta de vagas na EJA, sempre que necessário.</p>
<p>10. Promover o debate sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais na EJA.</p>	<p>1. Realização de seminários, grupos de trabalho e debates sobre a questão da inclusão na EJA no segundo semestre de 2011.</p>
<p>11. Discussão sobre drogas nas escolas que oferecem a modalidade de EJA.</p>	<p>1. Articulação, via debates, entre os Fóruns de EJA e de Saúde, até 2012.</p>
<p>11. Mapeamento da situação do Sudeste em relação à educação nas prisões.</p>	<p>Montar um grupo de trabalho interestadual buscando analisar a situação da educação nas</p>



	<i>prisões, em 2012.</i>
12. Realizar diagnósticos sobre a juventude negra a partir dos aspectos culturais e educacionais e sua interrelação com as dimensões econômica e social.	4. Até o final deste ano, mobilizar os gestores municipais e estaduais, universidades e sociedade para a realização de pesquisa ou divulgação dos dados que, porventura, já possuam.



Vitória, ES, 27 a 29 de maio de 2011

PROPOSTAS DE AÇÕES E ESTRATÉGIAS COMUNS PARA A ATUAÇÃO DOS FÓRUNS DE EJA DA REGIÃO SUDESTE

TEMAS TRABALHADOS PELO GRUPO:

4 – A Organização dos Fóruns de EJA na Região Sudeste

PROPOSTAS	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
1. Criar uma comissão para realizar o II EREJA, que se reúna presencialmente, algumas vezes no decorrer do processo.	1. Cada estado deve indicar, dentro de 30 dias, dois representantes para essa Comissão, que deverão se reunir uma vez ainda esse ano, outra vez no início de 2012 e uma última vez um mês antes da realização do IEREJASudeste.
2. Criação de projetos de financiamento, por comissão específica, com um representante de cada estado, para serem submetidas ao poder público e privado dos quatro estados e União.	1. Construir o documento e submetê-lo à Comissão Organizadora do II EREJASudeste, até o final do mês de agosto, que aprovado será encaminhado aos respectivos destinatários. 2. O Fórum que sediar o próximo Ereja deverá dar início a este documento.
4. Criar possibilidades de troca de experiências, realização de palestra, dentre outros, entre os Fóruns Estaduais do Sudeste, com intuito de integrá-los.	1. Realizar, pelo menos, duas trocas de experiência em cada estado, durante o próximo ano, em plenárias e/ou reuniões. 2. Promover videoconferências alternadas com o ErejaSudeste, com o objetivo de fortalecimento dos Fóruns.
5. Considerar como critério relevante para a participação no XII ENEJA a participação no I EREJA.	1. Esse critério é relevante para participação no próximo ENEJA. Entretanto não pode ser o único e cada Fórum Estadual deverá definir seus critérios de participação. 2. Os critérios definidos deverão ser divulgados pelos Fóruns anteriormente à escolha da delegação.
7. Pautar para as Secretarias e Conselhos de educação as propostas aprovadas no I EREJA Sudeste.	2. Agendar reunião com as secretarias e conselhos de educação para entregar e discutir as propostas.



	<p>3. Atualização dos portais dos Fóruns da Região Sudeste postando o Relatório Final do I EREJA.</p>
<p>8. Ampliar o envolvimento das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e da sociedade organizada com os Fóruns de EJA, com o objetivo de fortalecimento dos Fóruns.</p>	<p>1. Pautar esta ampliação via Comissões, Conselhos de Educação e coordenações dos Fóruns, até 2012.</p>
<p>9. Mobilizar, em âmbito estadual e municipal, audiências públicas e seminários, de forma a sensibilizar e envolver a sociedade nas discussões referentes ao campo da EJA.</p>	<p>1. Fazer contato com as secretarias e conselhos de educação das duas esferas e com as comissões parlamentares de educação para apresentar o fórum de EJA e formalizar convite para participação.</p> <p>2. Pautar a EJA, junto aos candidatos das próximas eleições.</p>
<p>10. Ampliar o universo de segmentos representados nos fóruns.</p>	<p>1. Identificar segmentos que poderiam estar presentes nos fóruns, mas não estão, e os motivos que possivelmente levam a essa ausência.</p> <p>2. Definir estratégias de diálogo e aproximação desses segmentos.</p>
<p>11. Fortalecer os Fóruns .</p>	<p>1. Divulgar as diferentes experiências dos Fóruns Estaduais, através do Portal; boletins informativos.</p> <p>2. Realizar Fórum Itinerante</p>
<p>12. Efetivar os compromissos de atuação dos Fóruns na AT, a partir da articulação de seus diferentes segmentos, e dos encaminhamentos do IV Encontro da Agenda em Brasília.</p>	<p>1. Pautar nas ações dos Fóruns os encaminhamentos definidos no IV Encontro da Agenda Territorial de Desenvolvimento da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos, realizada em Brasília.</p>



A mística final abordou as complexidades de relação que envolvem a EJA em nosso país, considerando as dimensões territoriais, culturais específicas de um país como o nosso. Ao trazer para a mística final o que cada Estado da região Sudeste tem, fica possível perceber que o debate a ser proposto por nós educadores da EJA, deve ir além das salas de aulas. Entender que os sujeitos atendidos por nós tem vivências e experiências trazidas de suas histórias de vida e que devem ser valorizadas, percebidas por que se propõe a trabalhar com eles é o mínimo que se espera. A mística mostrou o que cada lugar tem de melhor, como cada lugar é específico e único e ao mesmo tempo abarca tanta diversidade. Essa diversidade pode ser usada para a construção de uma EJA de qualidade e que envolva o maior número possível de sujeitos de direitos que ainda não se encontram nesse mundo complexo da educação. É preciso que se entenda que a diversidade e a complexidade que cada região desse país oferece pode e deve ser usada na construção harmônica entre esses sujeitos, suas histórias e suas escolas., considerando que uma grande maioria tem um envolvimento grande em outras instituições como igrejas, sindicatos, movimentos e que portanto não é a escola que vai apresentá-lo ao mundo esse sujeito é do mundo. Dessa forma, um dos grandes pontos abordados em várias rodas de conversa do I EREJA é a valorização dos Fóruns e o seu reconhecimento enquanto instrumento de fortalecimento da EJA. Para finalizar foi possível perceber toda a preocupação e carinho dos organizadores do I EREJA em proporcionar

Tô vendo tudo, tô vendo tudo.

Mas, não fico de bico calado, por que não sou mudo



O GRUPO DE AVALIAÇÃO foi composto por Miriam de França (Duque de Caxias/RJ); Sueli de Paula e Silva (Resende/RJ); Eliane de Oliveira (São Gonçalo/RJ); Sebastião Ferreira (Linhares/ES); Maria Tereza Secco (São Paulo/SP) e Simone Santos dos Reis (Niterói/RJ).

O I EREJA Sudeste *tem como objetivo aprofundar a compreensão acerca das fragilidades e potencialidades que caracterizam a região, fortalecer o intercâmbio entre os segmentos que compõem os Fóruns de EJA e construir propostas para unificar e fortalecer o trabalho nos quatro estados.*

Encontro como estes são de vital importância para a fomentação/multiplicação dos debates de temáticas/legislações concernentes ao universo da Educação de Jovens e Adultos. O número de Delegados, que na maioria absoluta, arcou com as suas próprias despesas, demonstra o interesse dos atores da EJA presentes a este Encontro. Destacamos a relevância da manutenção da luta pelo apoio financeiro para os próximos EREJAs.

ABERTURA

Realizada no IFES, ocorreu de forma tranqüila. Observou-se o empenho da Equipe de Organização que se esmerou na recepção dos delegados e convidados. A apresentação cultural emocionou a todos.

A mesa com inúmeras autoridades foi pertinente ao momento. Depois, seguiu-se com a palestra e a palavra aberta.

A professora Edna de Oliveira Castra trouxe um discurso que já deixou em aberto as várias propostas para discussão no EREJA e posicionamento dos Fóruns de EJA para o PNE. O palestrante Vilmar Klemann, do MIEIBE\SC, ressaltou como os Fóruns poderiam marcar presenças dentro dos prazos para elaboração final dos documentos.



SEGUNDO DIA

MANHÃ - PALESTRA

A 2ª mesa, com a palestrante Ana Lúcia Silva Souza, com a temática Diversidade e Juventude de EJA, mostrou-se relevante para repensar as políticas públicas de EJA, no segmento Juventude, visto que historicamente seu público é composto, na sua maioria, dado comprovado numericamente pela palestrante, por pretos e pardos, o cenário que aponta para valorização da diversidade. A palestrante convidou para refletir politicamente conceitos como raça, racismo, etnia, entre outros, que capilarmente podem/ | devem ser atrelados a *“viver, ensinar e aprender”*.

No que tange a organização do encontro a impontualidade propiciou o aligeiramento das discussões. Ressalta-se a necessidade de se organizar alguns combinados, principalmente no momento Palavra Aberta, não para tolher o direito a fala, mas possibilitar mais falas (mais inscrições para questionamentos). Cada pessoa deveria ter um tempo estipulado para fazerem seu questionamento.

A *“Matriz de Avaliação”* de cada mesa deveria ser entregue no início de cada atividade.

Pensamos que é uma solicitação dos delegados que as apresentações de todos os palestrantes/discussões dos GTS, fotos e filmagens, sejam disponibilizados no site do Encontro.

Creemos que a organização do evento poderia, em dado momento, informar a disponibilização dos materiais citados no parágrafo anterior. Salientando que aquele delegado que não queira ter sua imagem disponibilizada no site que se manifeste. Mesmo que, estando no Encontro, pelo censo comum, a disponibilização de imagem esteja atrelada, há uma LEI DE DIREITO DE IMAGEM, que deve ser respeitado

Na 3ª mesa o palestrante Maurício Abdalla, fez uma abordagem política sobre currículo colocando a importância de se conhecer os fundamentos das práticas, trouxe como tema a Economia Solidária que na perspectiva do capitalismo propondo nova fórmula de se pensar o mundo do trabalho. Tal tema por apresentar característica específica deve estar sempre presente nestes momentos/ espaço de reflexão. Propondo uma *“reflexão do currículo na perspectiva da formação de subjetividade”*, onde o processo



civilizatório deve ser fundar na cooperação e em suas dimensões: mobilização social; política; econômica; e subjetiva.

TARDE/NOITE - GRUPOS DE TRABALHO

Todos os Grupos de Trabalho destacaram a relevância das atividades, discussões/elaboraões das PROPOSTAS DE AÇÕES E ESTRATÉGIAS COMUNS PARA A ATUAÇÃO DOS FÓRUMS DE EJA DA REGIÃO SUDESTE de forma coletiva, democrática e organizada, dentro do tempo estabelecido pela organização do I EREJA.

TERCEIRO DIA

MANHÃ - PLENÁRIA FINAL

Reiteramos a necessidade de estabelecimento/reapresentação de combinados no início de cada atividade. Os mesmos poderiam ser propostos pela Comissão Organizadora e votados em plenária ou construídos junto aos Delegados. Independente da estratégia para estruturação dos combinados torna-se imprescindível, visando o melhor desenvolvimento das atividades, que os mesmos sejam estabelecidos e postos em prática, logo no primeiro dia do EREJA.

Para uma melhor visualização dos Delegados ao realizarem suas proposições/destaques, a fala deverá ser feita ao microfone, a frente da plenária.

Ressaltamos que, para o próximo EREJA, seja solicitado, através da Comissão Organizadora, que os estados participantes, encaminhem-se para o Encontro já com a leitura e discussão das propostas que serão colocadas em pauta.

ALIMENTAÇÃO

A Equipe de Organização do I EREJA providenciou, nestes dias de Encontro, alimentação adequada (almoço, lanche e jantar) aos seus participantes. Salientamos que a forma de servir o almoço e o jantar, possibilitou desperdício, que cremos ter ocorrido pela padronização das quantidades dos gêneros servidos nas “quentinhas”. Sugerimos que no próximo encontro organiza-se estratégia para que o desperdício seja minimizado.



ATIVIDADES CULTURAIS

As atividades culturais agradaram a todos os participantes do Encontro.

COMISSÃO DE RELATORIA POR ESTADO:

Favor encaminhar os nomes

ANEXOS:

Aqui ficarão os gráficos e quadros das avaliações